

Do Dado à Política: Juventudes, Evidências e Gestão Pública em Alagoas

Mateus Henrique Gomes da Silva Bispo

Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas (Seplag), Brasil

E-mail: mateus.gomes@seplag.al.gov.br

Resumo

Nas últimas décadas, as juventudes ganharam espaço nas agendas públicas diante de desafios como desigualdades estruturais, exclusão social e mudanças no mercado de trabalho e na educação. Em Alagoas, onde os jovens de 15 a 29 anos somam cerca de 759,8 mil pessoas, 24,32% da população estadual (IBGE, 2022). Apesar da relevância numérica e social, políticas voltadas à juventude ainda enfrentam escassez de dados de forma desagregada. O Painel Data Jovem surge para oferecer panorama detalhado dessas juventudes, reunindo dados inéditos para subsidiar políticas públicas mais eficazes, inclusivas e orientadas por evidências. A pesquisa foi conduzida por uma universidade pública em parceria com órgãos estaduais e uma fundação de amparo à pesquisa, adotando abordagem quanti-qualitativa. A etapa quantitativa aplicou 2.427 questionários nos 102 municípios alagoanos, com amostragem baseada em sexo, faixa etária, escolaridade, renda e localização (urbana/rural). A qualitativa envolveu 6 grupos focais com jovens de diferentes perfis (LGBTQIA+, mães, trabalhadores e cis-hetero). A partir desses dados, uma equipe técnica desenvolveu o Painel Data Jovem Alagoas no Power BI, reunindo evidências de forma interativa e acessível, com filtros por território, identidade, gênero, raça e outros marcadores sociais, voltado a gestores públicos e sociedade civil. O painel revela que a juventude alagoana enfrenta desafios como desigualdades raciais, territoriais e de gênero, alta informalidade no trabalho, dificuldades na educação e na saúde mental. A maioria (71,74%) se autodeclara negra, destacando a vulnerabilidade de mulheres negras, especialmente entre os que não estudam nem trabalham. Apesar disso, 52,85% demonstram otimismo quanto ao futuro. partir da identificação de territórios e perfis em situação de maior vulnerabilidade, o painel orientou o desenvolvimento do programa Tô no Corre, que atua com busca ativa em comunidades e oferece capacitação profissional para jovens. O Painel Data Jovem Alagoas traz o uso de dados para orientar políticas públicas, ao transformar um amplo diagnóstico em ações concretas. A iniciativa articula governo e universidade, promove transparência e serve como referência replicável. Junto ao Tô no Corre, expressa o compromisso com a inserção cidadã e profissional dos jovens.

Palavras-chave: Juventude; Políticas públicas; Gestão orientada por dados; Visualização interativa.

1. Introdução

As juventudes têm ocupado, nas últimas décadas, uma posição de crescente destaque nas agendas públicas globais. Em um cenário marcado por transformações profundas no mundo do trabalho, na educação e na comunicação, bem como por desafios persistentes como desigualdades estruturais, racismo e exclusão social, compreender os anseios e as necessidades desse segmento populacional tornou-se fundamental para a construção de políticas públicas eficazes e inclusivas.

No Brasil, esse processo ganhou força especialmente a partir dos anos 2000, com o fortalecimento institucional das políticas voltadas para os jovens. O surgimento da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), em 2005, junto à criação do Plano Nacional de Juventude e de programas como o ProJovem, marcam um esforço de reconhecimento do jovem como sujeito de direitos, e não mais como um “problema social”. Essa mudança de perspectiva foi influenciada por marcos internacionais, como o Programa Mundial de Ação para a Juventude (1996) da Organização das Nações Unidas (ONU), que destaca o papel estratégico das juventudes como protagonistas do desenvolvimento, da inovação e da transformação social (ONU, 1996 apud OLIVEIRA, 2018).

Contudo, o avanço institucional não resolveu uma contradição central: embora a juventude seja considerada prioridade discursiva em muitos governos, ela ainda sofre com a ausência de dados e diagnósticos precisos que orientem ações concretas e assertivas. No plano das políticas públicas, a juventude muitas vezes é abordada de forma genérica, sem considerar as múltiplas dimensões que atravessam as vivências juvenis — sobretudo as desigualdades relacionadas à raça, ao território, ao gênero e à condição socioeconômica.

Por isso, é fundamental pensar juventude no plural: juventudes. Esta perspectiva reconhece a diversidade de trajetórias, identidades e vulnerabilidades existentes no interior desse segmento populacional, rompendo com a visão homogeneizadora que ainda predomina em muitos espaços de decisão. No Brasil, essa pluralidade é expressa em números: segundo dados do IBGE (2023), o país possuía 45,3 milhões de pessoas entre 15 e 29 anos, o equivalente a 22,3% da população total. Em Alagoas, essa proporção é ainda maior: 24,3% dos habitantes do estado — cerca de 760 mil pessoas — estão nesta faixa etária.

Essa expressiva presença demográfica, contudo, contrasta com sua invisibilidade nos sistemas de informação governamentais. Ainda hoje, a formulação de políticas para juventudes esbarra em uma limitação estrutural: a falta de dados desagregados, atualizados e sensíveis às especificidades locais. Em geral, os indicadores disponíveis são agregados e pouco analíticos, dificultando uma compreensão aprofundada das desigualdades enfrentadas por grupos específicos, como jovens negros, moradores de periferias, indígenas, LGBTQIA+ ou de comunidades tradicionais.

A própria definição etária de “juventude” é fluida, variando entre 15 e 24 anos, conforme a UNESCO (s.d.), ou entre 15 e 29 anos, segundo o IBGE (2023). A UNESCO enfatiza que “ser jovem pode variar muito em todo o mundo, e ‘juventude’ é com frequência uma categoria fluida e mutável”, o que demanda abordagens adaptáveis às realidades locais (UNESCO, s.d.).

Essa ausência de evidências robustas não apenas fragiliza o desenho e a avaliação das políticas públicas como também alimenta a reprodução de estereótipos e intervenções imprecisas. Como alertam Sposito e Carrano (2003), a carência de registros organizados sobre juventudes no Brasil tem levado historicamente à adoção de ações improvisadas e desarticuladas, muitas vezes baseadas em percepções subjetivas, senso comum ou pressões conjunturais. A consequência direta disso é a formulação de políticas genéricas, com baixa efetividade e pouca aderência às realidades concretas vividas pelos jovens.

A questão da invisibilidade estatística das juventudes — sobretudo das juventudes vulnerabilizadas — é mais do que uma limitação técnica: é uma manifestação da própria desigualdade. Quando faltam dados sobre uma parcela da população, faltam também políticas públicas para ela. Assim, produzir, sistematizar e disseminar dados sobre as juventudes não é um ato neutro — é uma estratégia de justiça social, de fortalecimento da cidadania e de democratização do acesso ao Estado.

É nesse contexto que se insere este artigo. A pesquisa parte de uma pergunta central: como superar a escassez de dados sobre as juventudes alagoanas para subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes, inclusivas e orientadas por evidências? Para responder a essa questão, apresenta-se o desenvolvimento e a aplicação do Painel Data Jovem Alagoas, uma plataforma interativa construída a partir de uma ampla pesquisa de campo com 2.427 jovens dos 102 municípios do estado. Trata-se de uma iniciativa pioneira em Alagoas, fruto de uma articulação institucional entre governo, universidade e instâncias de pesquisa, com o objetivo de fornecer um retrato detalhado das juventudes alagoanas e suas demandas.

O objetivo geral deste artigo é demonstrar como a coleta e a visualização de dados por meio do Painel oferecem um panorama abrangente sobre o perfil das juventudes alagoanas em temas essenciais, contribuindo para uma gestão pública orientada por evidências e para a formulação de políticas mais assertivas e sensíveis às especificidades desse público. Para isso, foram definidos quatro objetivos específicos que orientam a estrutura da análise: Descrever a abordagem metodológica quanti-qualitativa utilizada na coleta de dados junto a jovens dos 102 municípios de Alagoas; Apresentar o Painel Data Jovem Alagoas enquanto produto interativo desenvolvido em Power BI, destacando sua interface e potencial analítico; Evidenciar os principais achados da pesquisa, com destaque para os desafios enfrentados por juventudes negras, periféricas, mulheres e LGBTQIA+; Ilustrar a aplicação prática dos dados na gestão pública estadual, com destaque para o direcionamento do programa “Tô no Corre – Juventude Trabalhando” e da ação “Juventude em Paz”.

Ao explorar essa experiência concreta, o artigo dialoga com a agenda contemporânea da gestão pública orientada por dados, demonstrando como as tecnologias de Business Intelligence (BI)¹ podem contribuir para uma administração mais responsiva e estratégica. Em um cenário em que o investimento público precisa ser cada vez mais assertivo, o uso de dados torna-se uma ferramenta essencial para decisões informadas. Exemplos de boas práticas já podem ser observados em esferas federais, como os painéis do Novo CAGED (2025), que monitoram o mercado formal de trabalho (Ministério do Trabalho e Emprego), ou os instrumentos do Tribunal de Contas da União (2025), voltados ao controle de políticas públicas. Ainda assim, muitos estados e municípios enfrentam dificuldades técnicas e institucionais para integrar dados e gestão, sobretudo quando se trata de segmentos historicamente marginalizados, como as juventudes.

Neste sentido, o Painel Data Jovem Alagoas se apresenta como uma resposta concreta a esse desafio. Mais do que uma plataforma digital, trata-se de uma estratégia de escuta, visibilização e ação. Ao sistematizar evidências sobre quem são, como vivem e o que esperam os jovens alagoanos, o painel contribui para fortalecer o papel do Estado como indutor de justiça social e protagonista na superação das desigualdades.

¹ Business Intelligence (BI) descreve o processo de transformar dados brutos em insights acionáveis por meio de análise e visualização, com o objetivo de apoiar uma tomada de decisão mais eficaz. Ferramentas como o Power BI são centrais nesse processo, permitindo que as organizações analisem seus dados e compartilhem relatórios interativos (MICROSOFT, 2024)..

2. Metodologia

Este artigo se fundamenta em uma pesquisa de natureza aplicada, com abordagem quali-quantitativa e de caráter exploratório-descritivo. O objetivo da análise é apresentar e discutir os dados gerados pela pesquisa DataJovem-AL, examinando suas implicações para o desenvolvimento de políticas públicas orientadas por evidências para as juventudes de Alagoas. A fonte de dados primários é uma iniciativa pioneira no Brasil, coordenada pelo Laboratório de Pesquisa das Juventudes (Labjuve), do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), sob a liderança do professor João Bittencourt. O projeto foi viabilizado por uma articulação intersetorial com o Governo de Alagoas, envolvendo as Secretarias de Estado do Esporte, Lazer e Juventude (Selaj), do Planejamento, Gestão e Patrimônio (Seplag) e da Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti). A coleta de dados em campo ocorreu entre 2022 e 2023, e os resultados foram lançados publicamente em 2024 através do painel interativo DataJovem. O financiamento foi provido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal), por meio do edital de Apoio à Pesquisa para o Desenvolvimento de Políticas Públicas. A seguir, são descritas as principais etapas metodológicas.

Quadro 1 – Síntese da metodologia da pesquisa e construção do Painel Data Jovem Alagoas

Fase da Pesquisa	Objetivo Principal
1. Coleta de Dados - Quantitativa	Dimensionar e caracterizar o perfil das juventudes em Alagoas com representatividade estatística.
2. Coleta de Dados - Qualitativa	Aprofundar a compreensão sobre vivências, percepções e narrativas de grupos juvenis específicos.
3. Tratamento dos dados	Limpar, padronizar e organizar as bases tabulares; corrigir inconsistências e uniformizar nomenclaturas.
4. Desenvolvimento do Painel	Traduzir a complexidade dos dados quantitativos e qualitativos em uma plataforma de visualização (dashboard) que seja interativa, intuitiva e acessível a gestores, pesquisadores e à sociedade civil.
5. Publicação e Disseminação	Democratizar o acesso aos resultados da pesquisa e fomentar o uso de evidências na gestão pública.

Fonte: Elaboração Própria (2025).

2.1 Coleta e produção dos dados

A coleta de dados da pesquisa DataJovem-AL foi conduzida em duas etapas: uma quantitativa, de caráter amostral e estatístico, e outra qualitativa, voltada à escuta aprofundada de segmentos específicos da população jovem alagoana.

2.1.1 Etapa Quantitativa

A etapa quantitativa consistiu na aplicação de 2.427 questionários em todos os 102 municípios do estado de Alagoas com jovens entre 15 e 29 anos. A amostra foi estratificada com base em variáveis sociodemográficas como sexo, idade, escolaridade e renda, garantindo representatividade territorial em áreas urbanas e rurais. Em Maceió, a coleta foi distribuída nas oito regiões administrativas. A pesquisa adotou uma margem de erro de 2 pontos percentuais e um grau de confiança de 95%.

2.1.2 Etapa Qualitativa

A segunda fase, de abordagem qualitativa, aprofundou a compreensão sobre as vivências e percepções das juventudes. Para tanto, foram realizados seis grupos focais com jovens de diferentes segmentos sociais. As categorias foram definidas de modo a captar questões específicas de cada grupo, incluindo: homens e mulheres jovens cis-hetero, jovens mães, juventude LGBTQIA+ e jovens trabalhadores(as). Embora cientes da interseccionalidade entre essas categorias, a classificação permitiu a coleta de narrativas direcionadas às experiências particulares de cada segmento, enriquecendo a interpretação dos dados quantitativos.

2.2 Tratamento dos dados

Após a etapa de coleta, os dados brutos foram repassados à Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas (Seplag-AL), responsável pela análise e estruturação do painel interativo. Esse processo foi conduzido pela Gerência de Geoinformação (Ggeo), vinculada à Superintendência de Informações e Cenários (Sinc), setor da Seplag já especializado na produção de painéis dinâmicos, análise de dados tabulares e geoespaciais.

A etapa de tratamento envolveu limpar, padronizar e organizar as bases tabulares, além de corrigir inconsistências e uniformizar nomenclaturas. Foram utilizados os softwares Microsoft Excel e Microsoft Power BI para a preparação, análise e visualização dos dados. A figura a seguir ilustra um exemplo dos dados já tratados e organizados para modelagem no ambiente do Power BI:

Figura 1: Tela do processo de modelagem e tratamento da base DataJovem no Power BI

The screenshot shows the Microsoft Power BI interface with a data table. The table has the following columns: idade_Aplicacao, Regiões_Estado, @335134X2X205Q001, Município, @335134X2X205Q002, Estado, Idade, Genero, Genero_outros, Município_Atual, and Raca_Etni. The data rows include entries for various municipalities in Alagoas, such as Olho d'água das Flores, Santana do Ipanema, Arapiraca, Palmeira dos Índios, and Maceió.

idade_Aplicacao	Regiões_Estado	@335134X2X205Q001	Município	@335134X2X205Q002	Estado	Idade	Genero	Genero_outros	Município_Atual	Raca_Etni
ho D'água das Flores	Pão de Açúcar-Olho d'Água das Flores-Batalha	Sim	Olho d'água das flores	Sim	al	26	Mulher		Olho d'água das flores	Branca
ivença	Santana do Ipanema	Sim	Santana do Ipanema	Sim	al	15	Homem		povoado barraco	Parda
albas	Arapiraca	Sim	arapiraca	Sim	al	22	Homem		Craibas	Parda
trela de Alagoas	Palmeira dos Índios	Sim	Palmeira dos Índios	Sim	al	25	Mulher		Estrela de Alagoas	Branca
lmeira dos Índios	Palmeira dos Índios	Sim	Palmeira dos Índios	Sim	al	21	Mulher		Palmeira dos Índios	Parda
lmeira dos Índios	Palmeira dos Índios	Sim	Minador do Negroão	Sim	al	29	Mulher		Palmeira dos Índios	Parda
çosa	Atalaia	Sim	Viçosa	Sim	al	22	Mulher		Viçosa	Branca
atriz de Camaragibe	Porto Calvo-São Luís do Quitunde	Sim	Matriz do Camaragibe	Sim	al	23	Mulher		Matriz do Camaragibe	Parda
aceió	Maceió	Sim	Maceio	Sim	al	24	Mulher		Maceio	Parda
alalaia	Atalaia	Sim	Atalaia	Sim	al	21	Mulher		Atalaia	Parda
xcimbinhas	Palmeira dos Índios	Sim	Palmeira dos Índios	Sim	al	22	Mulher		Cacimbinhas	Parda
zxeiras	Maceió	Sim	Maceio	Sim	al	21	Mulher		Flexeiras	Parda

Fonte: Elaboração Própria (2025).

Durante todo o processo, buscou-se garantir a integridade e a privacidade das informações utilizadas. Esse cuidado foi essencial para preservar a confidencialidade dos dados sensíveis, assegurando que o trabalho estivesse em conformidade com as diretrizes éticas e regulamentações vigentes. A formalização da parceria entre os órgãos envolvidos e a devida autorização para acesso às bases permitiram que a equipe avançasse com responsabilidade e segurança para as etapas seguintes do projeto.

2.3 Desenvolvimento do Painel

Após o tratamento e refinamento dos dados, iniciou-se a etapa de desenvolvimento do painel em ambiente de Business Intelligence (BI). Para isso, foi utilizada a plataforma Microsoft Power BI, escolhida por sua robustez, capacidade de modelagem dinâmica e crescente adoção

no setor público brasileiro. A ferramenta permite a exibição de dados de forma interativa e responsiva, proporcionando uma experiência envolvente e acessível ao usuário final.

O design do painel foi cuidadosamente planejado para oferecer uma interface clara, objetiva e intuitiva, favorecendo a navegação por temas de interesse e a autonomia na exploração das informações por diferentes públicos, como gestores públicos, pesquisadores e a sociedade civil. A disposição dos elementos visuais, as cores e os filtros foram pensados para favorecer a leitura dos dados por recortes sociodemográficos e territoriais.

A escolha pelo Power BI também se alinha às estratégias recentes de modernização da gestão pública, com foco em transparência, acessibilidade e cultura de dados. A seguir, apresenta-se um exemplo da interface final do painel no Power BI, com o tema “Moradia e Transporte”:

Figura 2 – Visualização do painel Data Jovem Alagoas, página “Moradia e Transporte”.



Fonte: Elaboração Própria (2025).

2.4 Publicação e Disseminação

Alinhada aos princípios de transparência e de governo aberto, a etapa final do processo metodológico consistiu na publicação do painel interativo no portal Alagoas em Dados e Informações (ADI). Essa plataforma é uma iniciativa da Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (Seplag-AL) e atua como central de dados públicos estaduais, reunindo informações de diversos setores da administração pública, como economia, segurança, saúde, educação, trabalho e território.

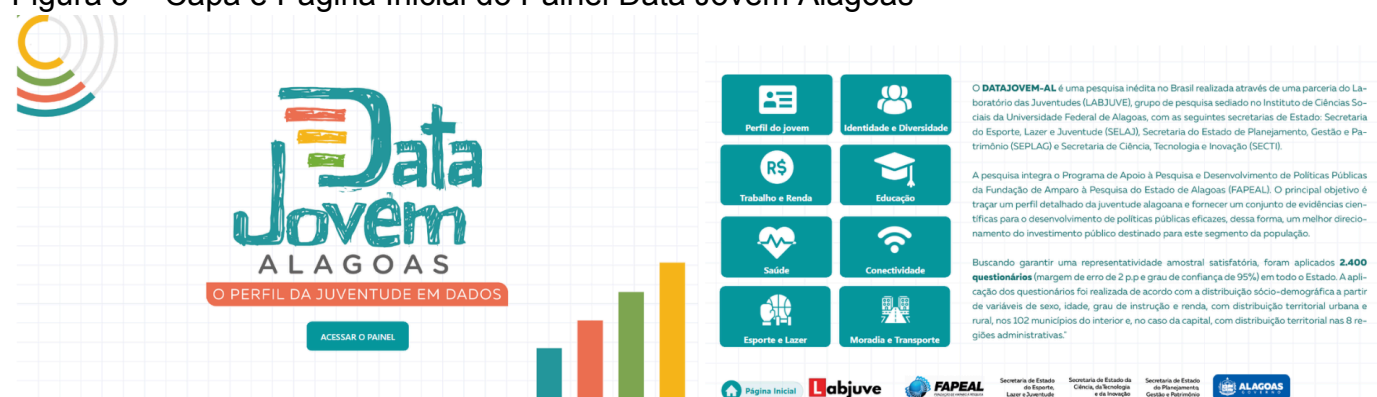
A publicação do Painel Data Jovem no ADI visa garantir o acesso público, gratuito e contínuo às informações coletadas e analisadas, estimulando a participação cidadã e o uso estratégico dos dados tanto por gestores quanto por pesquisadores e organizações da sociedade civil. Ao disponibilizar as informações em ambiente digital interativo, o portal contribui para o monitoramento de políticas públicas, o planejamento governamental com base em evidências e o fomento à produção científica sobre a realidade alagoana. O painel pode ser acessado pelo link: ><https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/painel-datajovem><.

3. Resultados e Discussão

O principal produto prático deste estudo é a concepção e o desenvolvimento do Painel DataJovem, uma ferramenta de Business Intelligence construída para democratizar o acesso a informações sobre as juventudes alagoanas. Desenvolvido em Microsoft Power BI, o painel apresenta os dados coletados de forma visual, interativa e acessível, permitindo uma experiência intuitiva para diferentes públicos, como gestores públicos, pesquisadores, estudantes e a sociedade civil.

A interface do painel foi estrategicamente estruturada em oito eixos temáticos, que organizam os dados de forma compreensível: Perfil do Jovem; Identidade e Diversidade; Trabalho e Renda; Educação; Saúde; Conectividade; Esporte e Lazer; e Moradia e Transporte (Figura 3). Cada página traz gráficos e visualizações dinâmicas, permitindo filtragens específicas por Região de Planejamento ou Município, Gênero, Raça/Etnia e Renda.

Figura 3 – Capa e Página Inicial do Painel Data Jovem Alagoas

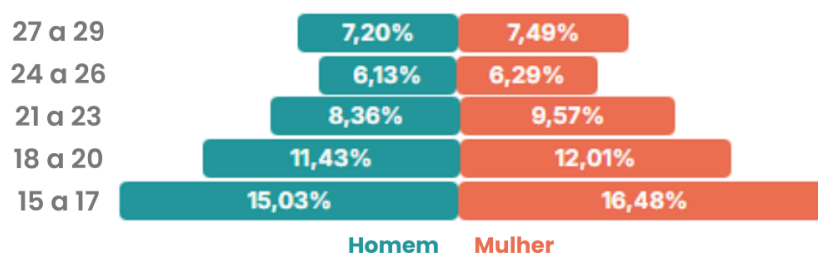


Fonte: Elaboração Própria (2025).

3.1 Perfil do Jovem

Conforme a pesquisa DataJovem (LABJUVE, 2024), os dados apresentam um panorama diversificado da juventude alagoana, o que é fundamental para a criação de políticas públicas eficazes e justas. A pesquisa identificou uma população jovem majoritariamente parda (55,67%) e preta (17,97%), que, somadas, representam 73,64% dos respondentes. Os jovens que se autodeclararam brancos correspondem a 23,69%, amarelos a 2,00% e indígenas a 0,67%. A idade mediana dos participantes é de 20 anos, com uma leve predominância de mulheres (51,84%) em relação aos homens (48,16%), cuja distribuição pode ser visualizada na pirâmide etária a seguir (Figura 4). A grande maioria dos jovens é solteira (83,23%) e não possui filhos ou enteados (78,77%). Por fim, um percentual de 1,21% dos jovens declarou possuir alguma deficiência.

Figura 4 – Pirâmide Etária das Juventudes Alagoanas (Data Jovem 2024)



Fonte: Elaboração Própria (2025), com base nos dados do Labjuve (2024)

O perfil racial da juventude alagoana, com quase três quartos de jovens negros (pretos e

pardos), é um dado central que deve nortear qualquer política pública. Este dado espelha a realidade demográfica do Nordeste, mas também aponta para a urgência de políticas com recorte racial. Ignorar essa composição é perpetuar o que Silvio Almeida (2019) define como racismo estrutural, onde as instituições, mesmo que não intencionalmente, reproduzem desigualdades históricas. A sobrerrepresentação de jovens negros em estatísticas de vulnerabilidade social e violência no Brasil é amplamente documentada (IBGE, 2023), e a dimensão letal dessa vulnerabilidade em Alagoas é exposta de forma contundente pelo Atlas da Violência 2024:

“O estado do Alagoas apresenta o maior risco relativo de uma pessoa negra ser vítima de violência letal. Comparado a uma não negra, o risco de vitimização letal para uma pessoa negra é 23,7 vezes maior do que para uma pessoa não negra na UF. (CERQUEIRA; BUENO, 2024, p. 56)”.

Diante de um cenário tão extremo, políticas de juventude em Alagoas devem, impreterivelmente, ser antirracistas, dialogando com o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) e promovendo ações afirmativas no acesso à educação, trabalho, cultura e, fundamentalmente, no direito à vida.

Os dados revelam uma juventude com idade mediana de 20 anos, majoritariamente solteira (83,23%) e sem filhos (78,77%). Este perfil demográfico situa os jovens alagoanos em uma etapa decisiva da vida, na qual se concentram a conclusão da formação escolar, a busca por qualificação profissional e a tentativa de entrada no mercado de trabalho. Para a gestão pública, este é um momento crítico para a intervenção. Políticas que garantam a continuidade dos estudos e que criem oportunidades reais para o primeiro emprego são investimentos diretos na prevenção de futuras vulnerabilidades e na quebra de ciclos de desigualdade.

O percentual de jovens que declararam possuir alguma deficiência (1,21%) merece atenção especial, principalmente quando confrontado com os dados oficiais do Censo Demográfico 2022. Segundo o IBGE (2025), Alagoas possui 32.561 jovens com deficiência na faixa de 15 a 29 anos, o que corresponde a 4,3% do total para este grupo etário. Ademais, em um contexto mais amplo, o estado possui a maior proporção de pessoas com deficiência do país (9,6%)². Essa notável discrepância entre o encontrado nesta pesquisa (1,21%) e o dado censitário (4,3%) sugere um ponto de atenção e uma oportunidade de aprimoramento para a gestão pública. O cenário nos convida a refletir sobre os instrumentos de pesquisa e os canais de diálogo com este público, considerando que fatores como o estigma podem influenciar a autodeclaração. Assim, o dado se revela um importante ponto de partida para aprofundar os diagnósticos sobre o tema. Para que a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) se traduza em ações eficazes, é fundamental que o poder público atue proativamente para conhecer a realidade e as demandas específicas deste segmento em Alagoas.

3.2 Identidade e Diversidade

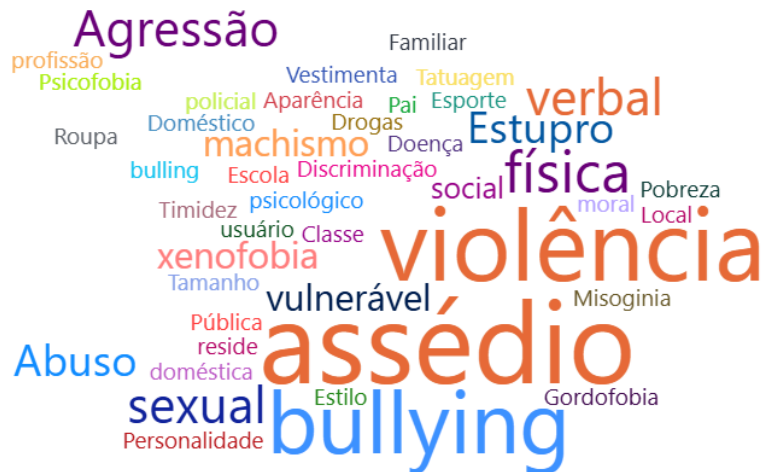
A identidade juvenil é um campo plural, e os dados coletados refletem essa complexidade em Alagoas. No que tange à orientação sexual, 86,73% dos jovens se declaram heterossexuais. Contudo, um grupo expressivo de 13,27% se identifica com outras orientações, com destaque para bissexuais (6,72%), gays (3,46%), lésbicas (1,19%) e pansexuais (0,95%). Outras orientações somam 0,25% e 0,70% não souberam ou não responderam. Em relação à identidade de gênero, além da maioria que se identifica como mulher (51,84%) e homem (48,16%), a pesquisa registrou a presença de mulheres trans, pessoas bigênero e não-binárias (LABJUVE, 2024).

² Percentual de pessoas de 2 anos ou mais de idade com deficiência no total de pessoas de 2 anos ou mais de idade, segundo dados do Censo Demográfico 2022 (IBGE).

O panorama religioso mostra diversidade: 43,92% se declaram católicos e 24,47% evangélicos, mas com um relevante contingente de 26,08% de jovens que afirmam não ter religião (LABJUVE, 2024).

Um dado central da pesquisa é que 43,77% dos jovens consultados informam ter sofrido algum tipo de discriminação (LABJUVE, 2024). Quando questionados sobre a natureza dessa violência, os relatos, sintetizados na nuvem de palavras abaixo (Figura 5), revelam um universo de violações que inclui assédio, bullying, agressões físicas e verbais, machismo e xenofobia.

Figura 5 – Tipos e Razões de Discriminação Relatados



Fonte: Elaboração Própria (2025), com base nos dados do Labjuve (2024)

A visibilidade de jovens LGBTQIAPN+ (13,27%) é um fenômeno contemporâneo importante. Essa maior liberdade de autoidentificação, contudo, convive com a vulnerabilidade. Como discute Regina Facchini (2002), a juventude é um momento chave para a afirmação de identidades, mas também de intensa exposição à violência. Os dados corroboram essa tensão, mostrando que gênero/sexualidade é um dos principais motivos de discriminação (8,98%) (LABJUVE, 2024).

No campo religioso, o expressivo número de jovens "sem religião" (26,08%) merece uma análise aprofundada, especialmente ao notar que o percentual é ainda mais expressivo no recorte de jovens LGBTQIAPN+, dos quais 46,49% se declaram sem religião (LABJUVE, 2024). Isso pode indicar um conflito entre a vivência da sexualidade/identidade de gênero e as doutrinas de religiões institucionais, gerando dificuldades de pertencimento. Esse movimento de afastamento é analisado por Regina Novaes (2004), que aponta que as novas gerações são influenciadas por uma cultura mais ampla que valoriza a escolha individual e questiona as autoridades tradicionais, o que contribui para essa mudança no perfil religioso. A tendência se confirma nos dados mais recentes do Censo 2022 (divulgados em 2025), que indicam serem justamente os jovens o grupo que mais engrossa as fileiras dos "sem religião". Para a gestão pública, o cenário reforça a necessidade de políticas laicas e do combate ativo à intolerância religiosa.

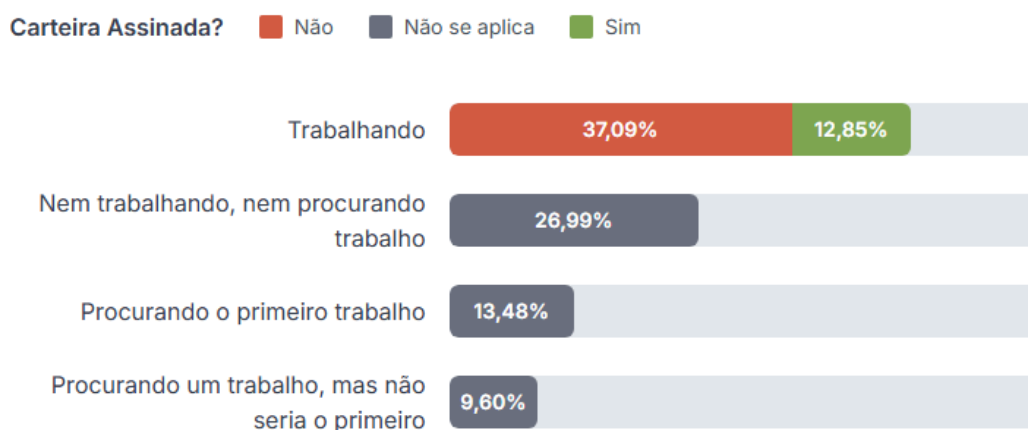
O debate sobre discriminação se aprofunda ao notar que, dos jovens que sofreram alguma violência, para 69,75% deles esses atos ocorreram na escola/universidade e em espaços públicos (LABJUVE, 2024). A discriminação pelo corpo (11,19%), por exemplo, revela a forte pressão por padrões estéticos e a prevalência de ofensas como a gordofobia, apontadas pelos próprios jovens, o que impacta diretamente seu bem-estar e saúde mental. É neste ponto que a conexão "dado-política" se materializa de forma exemplar em Alagoas. Com base nesse diagnóstico, a Secretaria de Estado do Esporte, Lazer e Juventude (Selaj) elaborou

a ação "Juventude em Paz", que consiste em levar estudantes de escolas públicas aos estádios para participar de palestras e ações que promovam a cultura de paz, o respeito mútuo e o combate ao bullying e ao preconceito. A iniciativa demonstra como a produção de evidências pode subsidiar diretamente a criação de políticas públicas responsivas aos problemas identificados.

3.3 Trabalho e Renda

A independência dos jovens depende do trabalho e da renda. Pouco menos da metade dos jovens (49,94%) declara estar trabalhando. Dentro desse grupo, há um forte indicativo de informalidade: 37,09% não possuem carteira assinada, um número quase três vezes maior que o de jovens com vínculo formal (12,85%). O desafio do desemprego também é proeminente, com 13,48% procurando o primeiro trabalho e 9,60% buscando recolocação. Um dado que merece destaque é o expressivo contingente de 26,99% de jovens que não estão trabalhando nem procurando trabalho, grupo conhecido como "nem-nem" (LABJUVE, 2024) (Figura 6).

Figura 6 – Situação Ocupacional e Vínculo Empregatício das Juventudes Alagoanas



Fonte: Elaboração Própria (2025), com base nos dados do Labjuve (2024)

Quanto ao tipo de ocupação, a maior parte se concentra em vínculos precários: 38,25% são autônomos, freelancers ou MEI. As ocupações detalhadas na nuvem de palavras (Figura 4) reforçam esse perfil, com destaque para "Vendedor(a)" e "Prestação de Serviços". Em contrapartida, programas de inserção formal como Jovem Aprendiz (3,34%) e estágio (5,49%) aparecem com baixa expressividade (LABJUVE, 2024).

Figura 7 – Tipos de Trabalho e Funções Exercidas pelos Jovens



Fonte: Elaboração Própria (2025), com base nos dados do Labjuve (2024)

No que tange à renda, os dados mostram uma forte concentração nas faixas mais baixas: a maioria das famílias dos jovens vive com até R\$ 2.200 mensais. Nesse contexto, programas de transferência de renda são fundamentais. 34,71% dos jovens recebem Bolsa Família. Para 17,62% dos beneficiários de auxílios, essa é a única renda do domicílio, enquanto para 47,36% é um complemento importante (LABJUVE, 2024).

O cenário laboral da juventude alagoana é marcado pela forte presença da informalidade e da precarização. A alta prevalência de jovens trabalhando sem carteira assinada (37,09%) ou como autônomos e freelancers (38,25%) pode sinalizar um duplo movimento: por um lado, um aparente "desinteresse" pelo trabalho formal e, por outro, uma busca por ocupações que permitam maior autonomia e gerenciamento do próprio tempo (LABJUVE, 2024). É fundamental questionar se este movimento em direção ao trabalho por conta própria é uma escolha por oportunidade ou uma resposta à falta de alternativas, uma vez que são os jovens pretos, pardos e de classes populares os que mais assumem essas ocupações sem garantias. O desafio para a gestão pública, portanto, não é apenas incentivar o empreendedorismo, mas garantir que ele não se torne sinônimo de precarização, criando políticas de apoio que ofereçam segurança e sustentabilidade a esses jovens trabalhadores. A eficácia dessas políticas, contudo, depende de sua divulgação, e o baixo conhecimento sobre programas de fomento como o "Programa Correria", desconhecido por 88,46% dos jovens, revela um desafio adicional de comunicação e alcance.

O alto percentual de jovens desocupados (23,08% somando os que procuram emprego) e, principalmente, o expressivo grupo de "nem-nem" (26,99%) (LABJUVE, 2024), acende um alerta sobre os processos de exclusão. É aqui que o conceito de "moratória social" (SOUZA; PAIVA, 2012) se mostra importante. Se para uma minoria privilegiada a juventude pode ser um tempo de experimentação e investimento em formação, para uma parcela significativa dos jovens alagoanos ela se converte em um período de espera forçada, desocupação e desalento. Esta "moratória" negativa compromete as trajetórias futuras, tornando mais difícil a inserção qualificada no mercado de trabalho. É em resposta direta a este diagnóstico que o Governo de Alagoas, por meio da Selaj, desenvolveu o programa "Tô No Corre - Juventude Trabalhando". A partir de uma busca ativa em territórios de maior vulnerabilidade de Maceió, como grotas e bairros de menor IDH, a iniciativa promove cidadania e inclusão social ao capacitar 200 jovens "nem-nem" (18-29 anos) para atuar no setor de serviços, oferecendo uma bolsa de R\$ 400 durante a formação. Dessa forma, o "Tô No Corre" exemplifica uma política pública que utiliza evidências para criar uma intervenção focada, visando reverter o cenário de desocupação e oferecer uma alternativa concreta à precarização.

Por fim, a análise da renda e da dependência de auxílios governamentais revela a base

material sobre a qual essas trajetórias juvenis se assentam. Com a maioria das famílias vivendo com recursos limitados, os programas de transferência de renda são cruciais. Além do programa federal Bolsa Família, que tem a maior abrangência, alcançando 34,71% dos jovens, a pesquisa revela o impacto de duas importantes políticas estaduais do Governo de Alagoas. O "Escola 10", recebido por 15,5% dos jovens (LABJUVE, 2024), funciona como uma política estratégica de combate à evasão escolar, oferecendo bolsas de permanência e de conclusão do ensino médio. Sua relevância é dupla: além de complementar a renda, atua de forma preventiva para que o jovem não precise abandonar os estudos para buscar trabalho, dialogando diretamente com os desafios de qualificação e desemprego já apontados. Já o "Cartão CRIA", mencionado por 3,58% dos jovens (LABJUVE, 2024), embora focado na primeira infância, impacta diretamente as trajetórias de jovens pais e mães, oferecendo um suporte vital em um momento de alta vulnerabilidade. Para uma jovem mãe, por exemplo, este auxílio pode ser o fator determinante para que ela consiga se manter e cuidar do filho, com potencial para influenciar sua decisão de continuar ou não os estudos. A coexistência desses programas estaduais com as políticas federais demonstra a importância de uma malha de proteção social multinível, capaz de atender a diferentes vulnerabilidades da juventude alagoana, desde a permanência na escola até o suporte à jovem parentalidade.

3.4 Educação

A educação é um pilar para o desenvolvimento juvenil, e os dados da pesquisa revelam um panorama complexo, marcado por um afunilamento no acesso aos níveis mais altos de ensino. O nível de escolaridade predominante entre os jovens é o Ensino Médio incompleto (33,26%), seguido pelo Ensino Médio completo (28,73%). Em contraste, apenas 4,04% concluíram o Ensino Superior e menos de 1% chegou à Pós-Graduação.

No momento da pesquisa, a maioria dos jovens (60,60%) estava estudando, enquanto 39,40% não estava. Entre os que estudam, quase metade cursava o Ensino Médio (49,66%), e a grande maioria o fazia em instituições públicas (84,88%). A aspiração por continuidade é altíssima neste grupo: 87,37% pretendem seguir estudando após o término do curso atual.

Para o grupo que não estava estudando, os motivos são diversos. Embora a dificuldade de conciliar estudo e trabalho (16,86%) e as dificuldades financeiras (7,02%) sejam relevantes, os principais motivos declarados foram "Questões pessoais" (35,71%) e "Estou satisfeito com o meu atual nível de formação" (31,20%). Mesmo afastados da sala de aula, 68,59% deste grupo pensam em voltar a estudar.

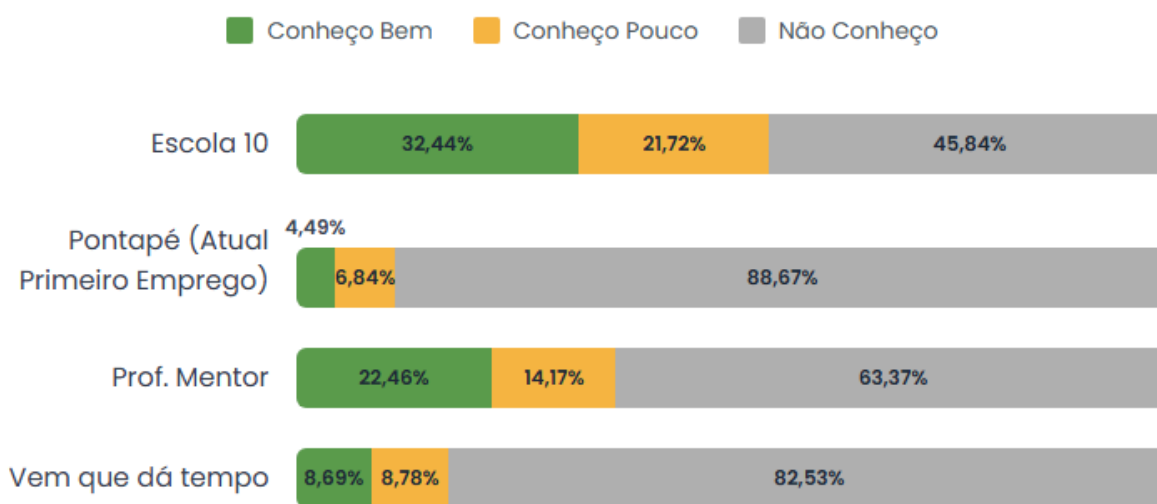
Enquanto uma parcela expressiva conclui ou está cursando o Ensino Médio, o acesso ao Ensino Superior é uma realidade para uma minoria (apenas 4,04% com Ensino Superior), configurando a transição entre esses níveis como um grande desafio. Nesse percurso, a rede pública de ensino se mostra como a principal, senão única, via de formação para a esmagadora maioria dos jovens (mais de 84%), o que reforça a centralidade do Estado na garantia do direito à educação e evidencia que a qualidade, a infraestrutura e a capacidade de permanência oferecidas por estas instituições são determinantes para o futuro da juventude alagoana.

A análise dos motivos de interrupção dos estudos exige uma interpretação cuidadosa. Fatores objetivos como a dificuldade de conciliar estudo com trabalho e as barreiras financeiras são significativos e dialogam diretamente com os dados da seção anterior. Contudo, as razões subjetivas, como "questões pessoais" e "satisfação" com o nível atual, devem ser analisadas no contexto das dificuldades históricas da educação de jovens no Brasil. Como apontam Haddad e Di Pierro (2000), a escolarização desse público é marcada por uma trajetória de interrupções, muitas vezes forçada pela necessidade de trabalhar e pela inadequação do sistema escolar regular às suas realidades. Nesse cenário, o aparente desinteresse ou a "satisfação" com a conclusão do ciclo básico podem ser um reflexo de um sistema que

historicamente teve dificuldade em reter esses alunos, levando-os a ajustar suas aspirações.

Este cenário revela um paradoxo: há uma alta aspiração por educação, tanto entre os que estudam quanto entre os que pararam, mas há barreiras objetivas e subjetivas que dificultam a concretização desses anseios. É neste ponto que a análise sobre o conhecimento dos programas governamentais se torna crucial. Ao serem questionados sobre o conhecimento de programas educacionais do Governo de Alagoas, os resultados variam drasticamente. O "Escola 10" é o mais conhecido (mais de 54% o conhecem bem ou pouco). Em contrapartida, programas como o "Professor Mentor" são desconhecidos por 63,37% dos jovens, e o "Primeiro Emprego" e o "Vem que dá tempo" são desconhecidos por mais de 80% do público, conforme detalhado no gráfico a seguir (Figura 8).

Figura 8 – Grau de Conhecimento sobre Programas Educacionais do Governo de Alagoas



Fonte: Elaboração Própria (2025), com base nos dados do Labjuve (2024)

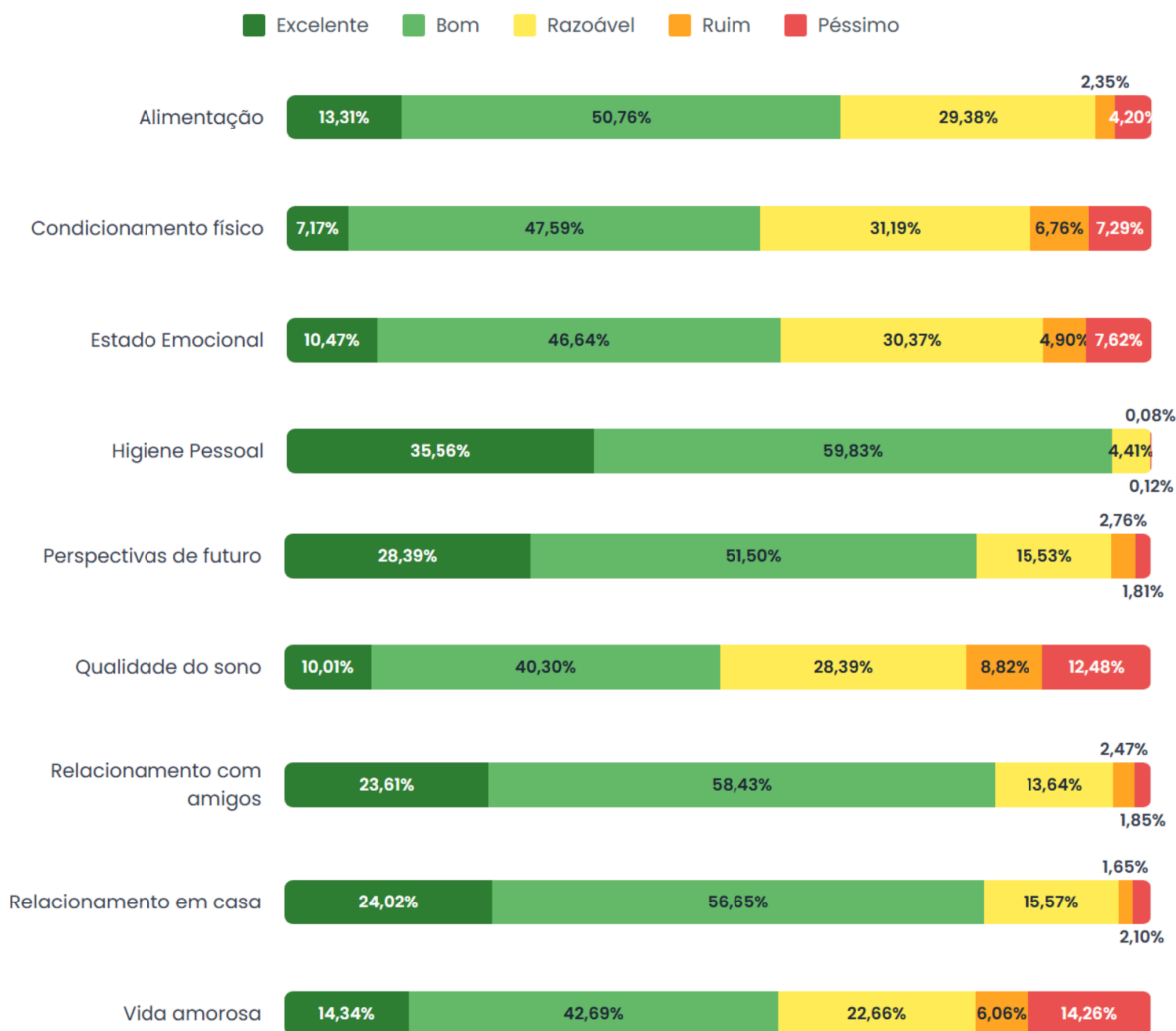
O alto reconhecimento do "Escola 10", um programa de transferência de renda direta, já discutido, contrasta com o profundo desconhecimento de outras iniciativas como o "Primeiro Emprego" (focado na inserção profissional) ou o "Vem que dá tempo" (voltado à correção de fluxo escolar). Isso sugere uma lacuna não na formulação das políticas, mas na sua comunicação e implementação. Para a gestão pública, o desafio é garantir que esses programas, desenhados para mitigar os problemas aqui apontados, efetivamente cheguem ao conhecimento dos jovens que mais precisam deles, transformando boas iniciativas em direitos acessíveis.

3.5 Saúde

A saúde juvenil foi investigada a partir do uso de serviços públicos, da autoavaliação de bem-estar e de questões específicas sobre saúde sexual e reprodutiva para as mulheres. Sobre o uso de serviços públicos de saúde nos últimos três meses, as principais razões foram Consultas (30,88%), Pronto Atendimento (24,28%) e Vacinas (20,40%). O acesso a tratamento psicológico foi o menos recorrente, com apenas 2,83%.

Na autoavaliação sobre aspectos da vida (Figura 8), há um contraste notável. Enquanto os jovens avaliam bem seus relacionamentos e perspectivas de futuro, mais de 42% avaliam seu Estado Emocional como "Razoável", "Ruim" ou "Péssimo". O mesmo padrão negativo se repete para a Qualidade do Sono (quase 50% de avaliação negativa/regular) e para o Condicionamento Físico (cerca de 45%).

Figura 8 – Autoavaliação sobre Aspectos da Vida



Fonte: Elaboração Própria (2025), com base nos dados do Labjuve (2024)

No que tange à saúde da mulher, 26,28% das jovens declararam já ter engravidado. A idade da primeira gravidez se concentra massivamente na adolescência: mais de 63% das jovens que engravidaram o fizeram antes dos 20 anos de idade.

Dados mostram que, embora relacionamentos interpessoais sejam positivos para jovens, saúde mental e física são vulneráveis, com baixa qualidade do sono e avaliação emocional negativa, indicando sofrimento psíquico. O acesso limitado a serviços de psicologia (2,83%) na rede pública sugere barreiras de acesso e a necessidade de serviços especializados. Além disso, a alta taxa de gravidez na adolescência é crítica, impactando a educação e trabalho das jovens e reforçando desigualdades. Isso aponta para a urgência de fortalecer a educação sexual e facilitar o acesso a métodos contraceptivos para garantir os direitos sexuais e reprodutivos.

3.6 Conectividade, Moradia e Lazer

A análise final da pesquisa se debruça sobre os espaços onde a vida juvenil acontece. Compreender como os jovens se conectam, moram, se locomovem e desfrutam do lazer é fundamental para a formulação de políticas públicas que dialoguem com suas realidades cotidianas.

3.6.1 Conectividade e Acesso à Internet

O acesso ao universo digital é praticamente universal entre os jovens alagoanos: 98,9% afirmaram possuir acesso à internet. O principal meio de conexão é o Wi-Fi em casa (45,93%), mas o acesso através de dados móveis em espaços públicos (24,14%) também se mostra relevante. O dispositivo central dessa conexão é o smartphone, utilizado por 73,66% dos jovens, em detrimento de notebooks (16,01%) e computadores de mesa (7,27%).

Embora os dados apontem para uma alta inclusão digital, é preciso qualificar o tipo de acesso. A forte dependência do smartphone, em detrimento do baixo uso de computadores, sugere uma conectividade mais voltada para a comunicação e redes sociais do que para atividades complexas como estudo e trabalho, que demandam outros tipos de equipamentos. A expressiva parcela que depende de dados móveis em espaços públicos também acende um alerta sobre os custos e a intermitência dessa conexão.

3.6.2 Moradia, Transporte e Lazer

A maioria dos jovens reside em área urbana (86,91%), majoritariamente em casa própria quitada (68,04%) e em domicílios com três a quatro pessoas. No que tange à mobilidade, os meios mais utilizados são o ônibus (25,56%) e a motocicleta (23,40%). A percepção de segurança no território é dividida: embora mais de 61% se sintam "seguros" ou "muito seguros", um contingente expressivo de 38,71% se sente "pouco seguro", "inseguro" ou "muito inseguro".

Sobre as práticas de lazer, pouco mais da metade (53,41%) pratica atividades físicas, com destaque para futebol e academia. Os espaços de lazer mais frequentados são os de acesso livre ou comercial, como praia (27,34%) e shopping (23,90%), em detrimento de equipamentos culturais como teatros e museus. Um dado interessante é que, embora mais de 60% dos jovens afirmem que há espaços públicos de esporte e lazer onde moram, metade deles (30,05%) não os utiliza.

Os dados sobre o território físico revelam desafios relacionados à forma como a juventude vivencia e ocupa a cidade. A alta percepção de insegurança e a dependência de um transporte público ou individual motorizado podem limitar a circulação. O lazer, nesse contexto, parece se voltar mais para o consumo (shopping) ou para espaços naturais (praia) do que para uma vivência cultural em equipamentos públicos. O fato de que metade dos jovens que têm acesso a espaços públicos de lazer não os frequenta é um forte indicativo para a gestão pública. Essa lacuna entre a existência e o uso dos espaços pode ser amplificada pelo desconhecimento das políticas de melhoria urbana. Programas importantes do Governo de Alagoas, como o "Minha Cidade Linda" e o "Vida Nova nas Grotas", que atuam diretamente na qualificação desses territórios, são desconhecidos por mais de 72% dos jovens. A implicação política é clara: além de investir na qualificação e segurança dos espaços, é preciso comunicar essas ações e envolver os próprios jovens no planejamento e na gestão desses locais.

4. Considerações Finais

Este artigo partiu do desafio da "invisibilidade estatística" das juventudes como um obstáculo central para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes em Alagoas. A questão norteadora da pesquisa foi como superar essa escassez de dados para subsidiar ações governamentais mais inclusivas e orientadas por evidências. Conclui-se que o desenvolvimento e a aplicação do Painel Data Jovem Alagoas, fruto de uma articulação interinstitucional, se apresentaram como uma resposta concreta e viável a esse problema, alcançando o objetivo de demonstrar como a produção de dados qualificados pode transformar a gestão pública.

Os resultados apresentados ao longo da análise revelam um retrato complexo e multifacetado das juventudes alagoanas. Evidenciou-se um perfil jovem majoritariamente negro (preto e pardo), que enfrenta desafios estruturais marcados pela alta informalidade no trabalho, por um afunilamento em suas trajetórias educacionais e por vulnerabilidades significativas no campo da saúde, especialmente a mental. A pesquisa revelou paradoxos importantes: a alta aspiração por continuar os estudos contrasta com as barreiras que levam à evasão; a existência de espaços de lazer coexiste com o não uso por insegurança ou falta de identificação; e a alta prevalência de sofrimento psíquico não corresponde a uma busca por serviços de saúde mental.

A principal conclusão do estudo é a comprovação de sua tese central: a passagem "do dado à política" é um caminho viável e eficaz para a gestão pública. O diagnóstico de que a escola era um dos principais ambientes de discriminação subsidiou diretamente a criação da ação "Juventude em Paz", voltada para a promoção de uma cultura de respeito. Da mesma forma, os altos índices de desocupação em territórios vulneráveis foram o alicerce para o desenho do programa "Tô no Corre", focado na qualificação e inclusão social de jovens "nem-nem" para o setor de serviços. O Painel Data Jovem Alagoas, portanto, transcende a função de um repositório de dados e se consolida como uma ferramenta de gestão e uma estratégia de escuta social.

Como todo diagnóstico de ampla escala, este estudo oferece um retrato transversal da juventude alagoana, abrindo, ao mesmo tempo, uma agenda para futuras pesquisas. Recomenda-se a continuidade da investigação por meio de estudos qualitativos e longitudinais, que possam aprofundar a compreensão de temas como saúde mental e trajetórias de trabalho. Sugere-se, ainda, a realização de pesquisas de avaliação sobre o impacto das políticas públicas aqui mencionadas, para monitorar sua eficácia e promover os ajustes necessários.

Finalmente, a experiência do Data Jovem Alagoas reforça que produzir, sistematizar e dar visibilidade a dados sobre as juventudes é um ato político de reconhecimento e um passo fundamental para a justiça social. Ao transformar a "invisibilidade" em evidência e a "carência" em ação, fortalece-se o papel do Estado como indutor de políticas mais justas e efetivas, capazes de dialogar com a pluralidade das juventudes e de garantir seus direitos.

Referências

Colocar espaço entre uma referência e outra. Lembre-se que usamos a norma ABNT. (fonte ARIAL 12 – espaço simples, alinhamento à esquerda)

LABORATÓRIO DE PESQUISA DAS JUVENTUDES (Labjuve). **DataJovem Alagoas**. Maceió, 2024. Pesquisa realizada em parceria com as Secretarias de Estado do Esporte, Lazer e Juventude (Selaj) e da Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti) do Governo de Alagoas. Dados disponibilizados no Painel DataJovem pela Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (Seplag). Disponível em: <https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/painel-datajovem/resource/deaa01d1-0a36-4ae3-bd6d-a89a9e50ca83>. Acesso em: 31 jul. 2025..

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Painel de Informações do Novo CAGED: Maio de 2025. Brasília, DF: MTE, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/novo-caged/2025/m-ai/pagina-inicial>. Acesso em: 28 jul. 2025.

OLIVEIRA, Raquel Correia de. O processo de construção da juventude como categoria social: notas sobre o reconhecimento dos jovens como sujeitos de direitos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória, ES. Anais [...]. Vitória, ES: ABEPSS, 2018. v. 1, n. 1. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22701/15183>. Acesso em: 28 jul. 2025.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). Painéis de Informações. Brasília, DF: TCU, 2025. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/paineis-de-informacoes/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

UFAL. Painel DataJovem é lançado com incentivo a políticas públicas para juventude. Notícias UFAL, Maceió, 10 set. 2024. Disponível em: <https://noticias.ufal.br/ufal/noticias/2024/9/painel-datajovem-e-lancado-com-incentivo-a-politicas-publicas-para-juventude>. Acesso em: 28 jul. 2025.

UNESCO. Juventude no Brasil. Escritório da UNESCO no Brasil, [s.d.]. Disponível em: <https://www.unesco.org/pt/fieldoffice/brasil/expertise/youth-brazil>. Acesso em: 22 jul. 2025.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). Atlas da violência 2024. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>. Acesso em: 31 jul. 2025.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). Atlas da violência 2024. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>. Acesso em: 31 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022. In: Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. Tabela 10125 - Pessoas com deficiência, por grupos de idade, sexo e localização do domicílio. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/10125>. Acesso em: 31 jul. 2025.

FACCHINI, Regina. "Sopa de Letrinhas"? - movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/236166>. Acesso em: 31 jul. 2025.

NOVAES, Regina. Os jovens “sem religião”: ventos secularizantes, “espírito de época” e novos sincretismos. Notas preliminares. Estudos Avançados, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 321-330, set./dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/HfVpVQGhx3CKwZF4mPHBwWp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 jul. 2025.

ALAGOAS. Governo do Estado lança Data Jovem e ‘Tô no Corre’, com bolsas de R\$ 400. Maceió, 18 dez. 2023. Notícia. Disponível em: <https://alagoas.al.gov.br/noticia/governo-do-estado-lanca-data-jovem-e-do-to-no-corre-com-bolsas-de-400>. Acesso em: 1 ago. 2025.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 108-130, ago. 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782000000200007>. Acesso em: 4 ago. 2025.